

# CIÊNCIA E OPINIÃO NOS COMENTÁRIOS DO SÉCULO XIII AOS *SEGUNDOS ANALÍTICOS*

Anselmo Tadeu Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Trata-se, nesse texto, de uma análise comparativa de três comentários à obra aristotélica *Segundos Analíticos*, realizadas no século XIII, a partir de versões latinas da obra, então recentemente inseridas no meio intelectual europeu, a saber os comentários de Tomás de Aquino, Alberto Magno, Roberto Grosseteste. Nosso objetivo é, por um lado explorar a noção de *translatio studiorum*, representada pelo modo como obras e noções filosóficas de um passado tão distante são assumidas e passadas adiantes por sucessivas gerações de estudiosos, que para tanto devem se valer de traduções e comentários. Por outro lado, pretendemos mostrar como o assunto da diferença entre ciência e opinião são tratados pelos diferentes comentadores, que, por meio do arranjo da exposição aristotélica, manifestam suas próprias concepções sobre o assunto. Concluímos com algumas reflexões sobre a diferença entre ciência e opinião em nosso próprio tempo, onde sentimos bastante necessidade dessa orientação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência. Opinião. Filosofia medieval. Tomás de Aquino. Alberto Magno. Roberto Grosseteste.

## SCIENCE AND OPINION IN THE 13TH-CENTURY COMMENTARIES ON THE *SECOND ANALYTICS*

**ABSTRACT:** This text is a comparative analysis of three commentaries on the Aristotelian work *Posterior Analytics*, carried out in the 13th century, based on latin versions of the work, then recently inserted in the European intellectual milieu, namely the commentaries by Thomas

---

<sup>1</sup> Prof. Associado da Universidade Federal de Uberlândia - Filosofia - Área de História da Filosofia Medieval. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7848440877036848>

Aquinas, Albert the Great and Robert Grosseteste. Our aim is, on the one hand, to explore the notion of *translatio studiorum*, represented by the way in which works and philosophical notions from such a distant past are assumed and passed on by successive generations of scholars, who must use translations and commentaries to do so. On the other hand, we intend to show how the subject of the difference between science and opinion is treated by different commentators, who, through the arrangement of the Aristotelian exposition, manifest their own conceptions about the subject. We conclude with some reflections on the difference between science and opinion in our own time, where we feel a great need for this guidance.

**KEYWORDS:** Science. Opinion. Medieval philosophy. Thomas Aquinas. Alberto Magno. Roberto Grosseteste.

## INTRODUÇÃO

A partir da menção de João de Salisbúria, em sua obra *Metalogicon*, livro IV, capítulo 6<sup>2</sup>, aos *Segundos Analíticos*, ficamos sabendo que essa obra de Aristóteles, até a pouco tempo desconhecida ao ocidente latino, já dispunha de tradução para o latim e já era estudada, ainda que pouco e muito mal, segundo a avaliação de João, em 1163, ano em que o *Metalogicon* veio à luz. Além de sua avaliação sumária, no entanto, João de Salisbúria faz um breve resumo da obra, o que revela que, afinal, não era tão mal conhecida assim, além de ter a sua importância reconhecida pelo autor e pela cultura que ele representa.

Um sinal dessa importância é vermos que, mais ou menos cem anos mais tarde, a obra será objeto de um volumoso comentário por Roberto Grosseteste<sup>3</sup>, um dos primeiros chanceleres da Universidade de Oxford e certamente um dos mais proeminentes homens de cultura de sua época<sup>4</sup>. O comentário de Grosseteste, que se ocupou por muito tempo, ao que parece,

---

<sup>2</sup> JOHN OF SALISBURY. *Metalogicon*. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2009, pág. 286

<sup>3</sup> GROSSETESTE, ROBERTUS. *Commentarius in Posteriorum Analyticorum Libros*. Olschki, Firenze, 1981. A cura di Pietro Rossi (edição e introdução).

<sup>4</sup> MCEVOY, JAMES. *Robert Grosseteste*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pág. xiv

do ensino das artes liberais, foi bastante usado. Alguns anos mais tarde, Alberto Magno, também ele um homem de ação e dedicado incentivador do estudo na Europa medieval, o primeiro alemão a se tornar mestre de teologia em Paris, colocando em ação o seu projeto de comentar todas as obras de Aristóteles, escreveu também o seu comentário aos *Segundos Analíticos*<sup>5</sup>. Finalmente, alguns anos mais tarde, o renomado mestre em teologia e antigo aluno e secretário de Alberto, Tomás de Aquino também se dedicou a escrever um comentário<sup>6</sup> ainda mais volumoso do que o de seus predecessores, aparentemente para atender a um pedido de seus amigos da Faculdade de Artes da Universidade de Paris; no qual ele emprega uma técnica, por meio da qual divide o texto e depois o comenta linha por linha, no que ficou conhecido como o exemplo paradigmático de uma exposição literal (*expositivo litterae*)<sup>7</sup>.

O que apresentamos a seguir é uma leitura comparada de um trecho comum aos três comentários, o trecho dos capítulos 33 e 34 do livro I dos *Segundos Analíticos*, onde Aristóteles trata da comparação entre a ciência e a opinião. O nosso método será apresentar individualmente cada um dos comentários, destacando o modo como cada um divide e apresenta o trecho comentado e quais as particularidades de cada comentador.

Em seguida, faremos uma breve consideração comparando os comentários entre si, procurando destacar suas semelhanças e algumas diferenças que não tinham sido expostas. À guisa de conclusão arrematamos com algumas palavras, provisórias, sobre o tema em questão no trecho

---

<sup>5</sup> ALBERTI MAGNI. **Posteriorum Analyticorum** (Opera Omnia Volumen II). Paris: Vives, 1890. A cura di Auguste Borgnet.

<sup>6</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Expositio Libri Posteriorum** (Opera Omnia volume1-2). Paris:Vrin, 1989. A cura di René A. Gauthier.

<sup>7</sup> EBBESEN, STEN. Late ancient ancestors of medieval philosophical commentaries, em II **Commento filosofico nell'occidente latino**. Turnhout:Brepols, 2002.

analisado, a comparação entre ciência e opinião. Enfim, como não se trata de um trecho muito polêmico no contexto da exposição dos *Segundos Analíticos*, não se apresentam, em nossa exposição, possíveis críticas e objeções às interpretações examinadas.

Este trabalho é uma parte preliminar de um projeto de maior envergadura sobre a história do comentário aos *Segundos Analíticos* na idade média latina, especificamente no período que vai do século XII ao XIV.

### OS COMENTÁRIOS AOS *SEGUNDOS ANALÍTICOS* DO SÉCULO XIII

Vejamos, para começar, um quadro que expõe, numa visão de conjunto, as principais informações a respeito dos comentários que analisaremos a seguir.

	Roberto Grosseteste	Alberto Magno	Tomás de Aquino
Vida	1168-1253	1200-1280	1224-1274
Redação	1220	1263	1272
Formato	Livro I – 19 capítulos Livro II – 6 capítulos Organiza a exposição como sequência de conclusões, 32 para cada livro.	Livro I – 5 Tratados Livro II – 5 Tratados Cada tratado se subdivide em capítulos de número variado	Livro I – 44 capítulos Livro II – 20 capítulos Organiza unidades maiores do que os capítulos em rigorosas divisões do texto.
Trecho	Livro I, capítulo 19	Livro I, Tratado V, cap. 12	Livro I, Capítulo 44
Fonte	Edição de Pietro Rossi, Florença, 1981 – com introdução e texto crítico.	Opera Omnia, volume 2, Edição Borgnet, Paris, 1890.	Edição Leonina, edição de R.A.Gauthier, Paris, 1989
Trecho Bekker	88b30-89b20 (livro I, cap. 33-34)		

## O COMENTÁRIO DE ROBERTO GROSSETESTE

Roberto Grosseteste escreveu o seu comentário provavelmente em 1220<sup>8</sup>. O texto é dividido em 19 capítulos; cada capítulo, de um modo geral, abarca mais de um capítulo do texto aristotélico tal como o conhecemos. Além disso, Grosseteste organiza a exposição em torno de “conclusões”, adotando a própria noção aristotélica segundo a qual uma ciência equivale a uma conclusão de um silogismo demonstrativo ou a uma coleção de tais conclusões (isto é, o conhecimento da conclusão ou conclusões). Desse modo, na própria organização de seu comentário, já é praticada a concepção de ciência que ele está a apresentar; o comentário se configura, portanto como uma ciência da ciência ou como um texto metacientífico. Dessa maneira, o comentário se compõe de uma sequência de 32 conclusões para o livro I e mais 32 para o livro II, que se distribuem irregularmente pelos 19 capítulos do livro I e pelos 6 capítulos do livro II.

Os capítulos 33 e 34 do livro I dos *Segundos Analíticos* (88b 30 – 89b 20) é exposto no capítulo 19 do livro I, onde não é apresentada nenhuma conclusão; Grosseteste explica que, uma vez concluída a determinação sobre a ciência, Aristóteles conclui parcialmente sua exposição com uma comparação, em primeiro lugar entre a ciência, que é conhecimento da conclusão e os hábitos cognoscitivos relacionados ao conhecimento dos primeiros princípios e do termo médio, quais sejam o intelecto e a argúcia, respectivamente. Imediatamente porém, para que a determinação seja completa, diz Grosseteste que é preciso comparar a ciência com a opinião,

---

<sup>8</sup> WEISHEIPL, JAMES. The Life and Works of St. Albert the Great, em **Albertus Magnus and the Sciences** - Commemorative Essays 1980. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1980, pág. 39

para que não se julgue que a opinião é também um procedimento demonstrativo<sup>9</sup>.

Por artificial que pareça ser essa apresentação feita por Grosseteste dos objetivos de Aristóteles nos últimos capítulos do livro I, isso é revelador de sua intenção de seguir fielmente o texto na exposição, a qual assume, por princípio, que todas as partes são igualmente importantes e que tudo está conectado a um plano geral. De fato, a discussão sobre a argúcia deve ficar para a parte final do capítulo, no princípio ele se concentra na noção de opinião. Passemos à apresentação sobre a relação entre ciência e opinião.

Segundo Grosseteste, devemos considerar que há três tipos de opinião, ou melhor, chamamos de opinião a três tipos de asserções. O sentido mais amplo (*communiter*) é um conhecimento com assentimento ou, melhor dizendo talvez, trata-se de uma asserção à qual assentimos; nesse sentido a opinião é do mesmo gênero da ciência e é o mesmo que fé<sup>10</sup>.

O sentido próprio (*proprie*) considera como opinião uma proposição aceita como verdadeira, embora com receio de que a sua contraditória é que o seja; nesse sentido, a opinião é diferente da ciência, que é conhecimento de uma proposição como necessariamente verdadeira, o que implica em que sua contraditória seja necessariamente falsa. Nesse sentido, Grosseteste acrescenta, uma mesma proposição pode ser conhecida tanto cientificamente como por opinião, pois nada impede que alguém acredite em alguma verdade científica, mas com receio de que a contraditória é que seja verdadeira (o que de fato não pode ser, pois o conhecimento científico é necessariamente verdadeiro); não porém, quanto à mesma pessoa, já que o que é cognoscível

---

<sup>9</sup> GROSSETESTE, ROBERTUS. *Commentarius in Posteriorum Analyticorum Libros*. Olschki, Firenze, 1981. A cura di Pietro Rossi (edição e introdução), I, 19, 1-15 (Tratado, capítulo, linhas).

<sup>10</sup> Idem, I, 19, 16-20.

por si cientificamente não é passível de ser conhecido por opinião por si e vice versa.<sup>11</sup>

O terceiro sentido é mais restrito ou mais próprio (*magis proprie*), trata-se do conhecimento de uma proposição contingente enquanto tal; nesse sentido, de modo algum uma mesma proposição desse tipo pode ser conhecida por opinião e por ciência, já que ciência é o conhecimento de uma conclusão necessária.<sup>12</sup>

A apresentação da opinião segundo esses três tipos não está presente no texto de Aristóteles e é uma contribuição de Grosseteste ao debate, revelador de suas leituras sobre os comentadores árabes e gregos da obra. Contribuição pessoal também é a comparação que ele faz entre a visão exterior e corpórea que temos das coisas através de nossos olhos com a visão interior que apreende as realidades inteligíveis, uma ressonância platônica em seu comentário. Segundo essa comparação, uma coisa é tanto melhor conhecida quanto mais próxima da fonte de luz que nos faz enxergá-la, um objeto colorido é visto claramente à luz do dia, por exemplo, mas dificilmente reconhecível na penumbra; da mesma forma, o intelecto e a ciência por estarem mais próximos da luz interior conseguem “enxergar” as realidades inteligíveis em sua pureza<sup>13</sup>. Nessa comparação, a opinião seria um conhecimento que mistura as imagens (*phantasmas*) das coisas materiais mutáveis com as coisas inteligíveis. Voltando à comparação com a visão corporal, a visão proporcionada pela opinião seria como a de um olho afetado por alguma doença e, por isso, incapaz de enxergar um objeto colorido tal como é em si mesmo, pois a visão se mistura com a impressão causada

---

<sup>11</sup> Idem, I, 19, 21-26.

<sup>12</sup> Idem, I, 19, 27-29.

<sup>13</sup> Idem, I, 19, 29-48.

pela infecção, por exemplo, uma visão infectada pela cólera enxerga tudo em amarelo. Em suma, a opinião, em sentido estrito, é incapaz de separar completamente a coisa de suas condições materiais, é o conhecimento das coisas materiais mutáveis na medida em que são mutáveis.

Em seguida e, para cumprir à risca o roteiro, Grosseteste acha necessário introduzir algumas palavras sobre a argúcia (*sollertia*), que é uma força penetrativa, por meio da qual a visão mental não se detém na coisa vista, mas penetra na mesma até atingir as partes elementares da qual provém as qualidades complexas, trata-se de uma sutileza porque os corpos mais complexos se compõem de partes mais sutis. Grosseteste compara essa força penetrante do espírito, capaz de penetrar nas partes mais sutis das coisas inteligíveis, ao azeite que penetra pelos “poros diminutos” da matéria<sup>14</sup>. Agudeza também é chamada essa capacidade pois se admite que, para penetrar nessas partes pequenas é preciso ser menor do que elas e, de acordo com o que se acreditava, e isso é algo que vêm do *Timeu*, de Platão, as menores partes da matéria são triângulos agudos, a partir dos quais se compõem todos os demais tipos de figura nas quais se apresenta a matéria complexa.

Roberto Grosseteste deverá voltar a falar da sagacidade no final desse capítulo, pois Aristóteles dedica o curtíssimo capítulo 33 a ela. Por ora, deve-se retornar ao texto e tratar do tema mais importante do capítulo, qual seja, a diferença entre opinião, ciência e intelecto.

A primeira diferença é que o cognoscível por meio da ciência difere do que é conhecido por opinião exatamente como a ciência difere da opinião, isto é a ciência versa sobre as concepções universais que não podem ser de

---

<sup>14</sup> Idem, I,19, 70-83.

modo diverso do que são, isto é, são necessárias, enquanto a opinião versa sobre as coisas mutáveis, contingentes<sup>15</sup>.

Já o intelecto é outro hábito, diferente da ciência e da opinião por se tratar do conhecimento imediato de uma proposição necessária, isto é, dos primeiros princípios indemonstráveis. A relação entre o intelecto como conhecimento dos primeiros princípios e a ciência como conhecimento demonstrativo foi bastante estudada no decorrer do livro I dos *Segundos Analíticos*; quanto a isso, Grosseteste afirma o seguinte: a opinião é, como o intelecto, conhecimento indemonstrável porque também se trata de conhecimento imediato; no entanto é conhecimento de proposições não necessárias<sup>16</sup>. E aqui há mais uma distinção. Enquanto conhecimento imediato de uma proposição não necessária, é possível que a opinião conheça não somente o que é verdadeiro mas também o que é falso e essa é a acepção mais restrita de opinião, que poderíamos definir assim: um conhecimento de uma proposição imediata verdadeira ou falsa, não obtida por um processo demonstrativo. Já a acepção de uma proposição de modo imediato e recebida como não necessária, seja essa proposição necessária ou não, corresponde ao segundo tipo de opinião, a opinião própria.

Podemos resumir essa distinção dizendo que a opinião estritamente dita é um conhecimento não argumentativo de uma proposição em si mesma contingente, que jamais seria sujeito de conhecimento científico, enquanto a opinião propriamente falando seria um conhecimento imediato, isto é, de modo não raciocinativo, de uma proposição contingente ou necessária. Neste caso, a ênfase é sobre o modo como se conhece, sobre o hábito cognoscitivo em si, que é por natureza diverso do conhecimento científico e do intelecto.

---

<sup>15</sup> Idem, I,19, 84-88.

<sup>16</sup> Idem, I,19, 91-94.

No caso mais restrito, a ênfase é no tipo de proposição que é o sujeito adequado desse hábito cognoscitivo, a proposição contingente, que jamais será conhecida cientificamente.

Nesse ponto há uma intervenção pessoal, Grosseteste diz: “creio que Aristóteles combina essas duas intenções em um único discurso, pois é costume dos filósofos imitar a natureza e não usar muitos instrumentos para fazer o que pode fazer com um só”<sup>17</sup>. Ele se refere à prova pelo uso comum das palavras que Aristóteles apresenta logo em seguida. Segundo o uso comum falamos em opinião como conhecimento não certo e, além disso, quando afirmamos algo e acreditamos que isto não pode ser diferente do que pensamos, julgamos ter ciência, mas quando acreditamos que pode ser diferente do que afirmamos, julgamos ter opinião. Ou seja, o uso do termo confirma que, em sentido próprio, opinião diz respeito ao conteúdo de nossas crenças e, em sentido estrito, ao modo como adquirimos essas crenças.

A discussão seguinte deriva dessas conclusões preliminares e, de certo modo, já foram sumariamente resolvidas; trata-se de saber se pode haver ciência e opinião sobre o mesmo, isto é sobre o mesmo assunto.

Com base no que foi apresentado até aqui é preciso afirmar que, considerando ciência e opinião como hábitos cognoscitivos diversos, uma mesma proposição não pode ser conhecida cientificamente e por meio de opinião, pois o que é conhecido cientificamente é conhecido como universal e necessário e o que é conhecido por opinião é contingente. Entretanto, de certo modo pode haver ciência e opinião a respeito do mesmo assunto assim como há opinião verdadeira e falsa sobre o mesmo assunto. O exemplo posto por Aristóteles é o seguinte: “o diâmetro/diagonal<sup>18</sup> é incomensurável pelo

---

<sup>17</sup> Idem, I, 19, 101-105.

<sup>18</sup> O texto latino traz “*diametrum*”, que é simples transliteração do termo grego, não propriamente tradução. As traduções consagradas, como a de Ross e a de Mignucci traduzem “*diametros*” por

lado” é uma opinião falsa, enquanto o contrário, isto é “o diâmetro/diagonal é comensurável pelo lado” é uma opinião verdadeira. Se considerarmos apenas o sujeito “diâmetro/diagonal” temos que há sobre ele opinião verdadeira e falsa. Mas, considerando a proposição em si, fica claro que é falsa ou verdadeira, não há opinião verdadeira e falsa sobre o mesmo nesse sentido.

Observemos que, no exemplo aristotélico considera-se a proposição “o diâmetro/diagonal é comensurável/incomensurável” como opinião, verdadeira ou falsa conforme o caso; não se faz referência ao modo como tal proposição foi conhecida nem ao fato de tal proposição ser, em si mesma, contingente ou necessária. Ou seja, parece não haver congruência entre o exemplo aduzido para refletir sobre a possibilidade de opinião verdadeira/falsa e o que havia sido estabelecido até aqui. Digamos que Roberto Grosseteste não se dá conta dessa incongruência e expõe exatamente o pensamento que Aristóteles parece expressar, considerando a opinião como ato de conhecimento e não como uma capacidade cognoscitiva, na medida em que a referida proposição é uma proposição universal e necessária e, portanto, cognoscível cientificamente. Poderíamos solucionar a incongruência assumindo que a intenção de Aristóteles e de seu comentador é dizer que, enquanto hábitos cognoscitivos diversos não pode haver ciência e opinião sobre o mesmo assunto, mas se considerarmos as proposições conhecidas em si mesmas, pode-se afirmar em certo sentido, na medida em que consideramos a proposição dada, que pode haver opinião verdadeira e falsa sobre o mesmo assunto ou, usando os termos de Grosseteste, “o que cai sob a opinião falsa é simplesmente esse enunciado: ‘o diâmetro/

---

“diagonal”. Em nosso estágio de pesquisa não conseguimos identificar o motivo dessa transição nem encontrar uma boa razão em dicionário para seguir as traduções do texto grego; certo é que, de acordo com a geometria euclidiana, o diâmetro de uma circunferência, a diagonal de um paralelogramo e a hipotenusa do triângulo retângulo (que é imensurável pelo lado) são equivalentes. Decidimos manter, nesse artigo, a dupla menção “diâmetro/diagonal”.

diagonal é comensurável' e o que cai sob a opinião verdadeira é o enunciado 'o diâmetro/diagonal é incomensurável'"<sup>19</sup>.

O passo seguinte é aplicar essa distinção entre opinião verdadeira e falsa à relação entre ciência e opinião. E isso é feito a partir de outro exemplo, o conhecimento do que é "animal". A ciência é o conhecimento do animal considerado em sua essência, isto é, como universal e necessário. A opinião, por sua vez, é o conhecimento do animal, mas não em sua essência e sim misturado à suas condições materiais, em sua contingência. Considerando, por exemplo, o ser humano, pode-se conhecer cientificamente que o ser humano é animal e conhecer por opinião a respeito do ser humano sob condições materiais que não fazem parte da essência do ser humano. Portanto, há ciência e opinião sobre o mesmo assunto, isto é, sobre o ser humano, mas falando propriamente, não há, pois o ser humano conhecido cientificamente é universal e necessário enquanto o ser humano conhecido por opinião é contingente, determinado por condições materiais<sup>20</sup>.

O exemplo aristotélico é novamente muito sintético e causa a impressão de que se mistura as considerações sobre o modo de conhecer, a capacidade cognoscitiva enquanto tal e aquilo que é conhecido, o sujeito do conhecimento. Contudo, assim como acontecera anteriormente, Aristóteles esclarece, e o comentador o acompanha, que não é possível que alguém tenha simultaneamente ciência e opinião sobre o mesmo pois isso equivaleria a, por exemplo, conhecer simultaneamente que "homem é animal" necessariamente (ciência) e que "homem é animal, mas pode não ser" (opinião). Contudo, em momentos distintos, isso seria possível, isto é, na medida em que alguém passasse da opinião a ciência.

---

<sup>19</sup> ROBERTUS GROSSETESTE, op. cit. I,19, 160-162

<sup>20</sup> Idem, I,19, 164-177.

Essa interpretação parece indicar que a ênfase é dada novamente ao modo de conhecimento (pela essência ou por imagens ligadas à matéria) e não ao ato, ao que é conhecido em si.

Na comparação entre opinião verdadeira e falsa sobre o mesmo, a ênfase se dava quanto aos enunciados conhecidos, os quais, em si mesmos são verdadeiros ou falsos, embora considerando apenas o sujeito era preciso saber que era verdadeiro e não falso ou vice versa. Mas na comparação entre ciência e opinião, não se trata dos enunciados e sim das capacidades cognoscitivas. Um mesmo enunciado, por exemplo “homem é animal” é conhecido como uma verdade necessária por meio do raciocínio demonstrativo, mas também pode ser conhecido como uma verdade contingente, com base em imagens materiais e não nas definições apropriadas. Entretanto, uma vez que se tenha o conhecimento científico, não é possível reverter ao conhecimento por opinião. Parece que o mais correto seria perguntar se “ser humano” enquanto tal é animal ou não necessariamente; se sim, é sujeito de ciência, se não, é sujeito de opinião, enquanto a proposição “homem é animal” poderia ser conhecida cientificamente ou por opinião. Desse modo haveria ciência e opinião sobre o mesmo, isto é, sobre “ser humano”, mas não pura e simplesmente.

Após toda essa estafante elucubração sobre as diferenças entre ciência, opinião e outras capacidades cognoscitivas, somos informados que esse assunto é melhor tratado nas obras de filosofia da natureza. Grosseteste afirma inclusive que algumas delas são abordadas no tratado *Sobre a Alma* e outras na *Ética*<sup>21</sup>.

Um último parágrafo é dedicado à capacidade da argúcia, por meio da qual o seu possuidor enxerga com mais penetração os intermediários que

---

<sup>21</sup> Idem, I,19, 178-180.

compõem a cadeia de causas de um raciocínio demonstrativo e chega mais rapidamente à conclusão, por exemplo, se alguém nota que a Lua sempre aparece iluminada na parte que recebe a luz do Sol e conclui disso que a Lua não tem luz própria, é iluminada pelo Sol<sup>22</sup>. Nesse caso, Grosseteste apenas reproduz o exemplo aristotélico, com uma pequena diferença talvez, assumindo que a Lua não tem luz própria (não tem luz exceto pelo Sol) enquanto Aristóteles, ainda que na prática a conclusão possa ser essa mesmo, diz simplesmente que “a Lua recebe luz do Sol”. Entretanto, Grosseteste acha talvez desnecessário acrescentar o segundo exemplo de Aristóteles, sobre alguém conversando com um rico, bem como a formalização que se segue do exemplo da Lua.

Com a exposição desse exemplo, Grosseteste corrobora o que tinha afirmado anteriormente sobre a argúcia, trata-se de um conhecimento ligado à aquisição do conhecimento do termo médio. Nesse caso, ele destaca mais a sutileza da mente em perceber o termo médio (o fato de ser iluminada pelo Sol) e não a rapidez com a qual a pessoa é capaz de percebê-lo.

## **O COMENTÁRIO DE ALBERTO MAGNO**

O comentário de Alberto Magno foi escrito provavelmente por volta do ano de 1263, época em que ele se encontrava na corte papal em Viterbo e aí se encontrou com seu antigo aluno e então mestre em Teologia, Tomás de Aquino. Alberto já possuía um grande conhecimento do conjunto da obra aristotélica, a grande novidade intelectual da época e isso fica visível quando ele cita abundantemente outras obras de Aristóteles no decorrer de seu comentário. Apenas no trecho que nos ocupa, de 4 páginas da edição

---

<sup>22</sup> Idem, I,19, 181-186.

*standard*<sup>23</sup>, são citados os tratados da *Ética*, *Sobre o Céu e o Mundo*, o *De Anima*, as *Categorias*, a *Metafísica* e o *De Generatione*.

O texto de Aristóteles é dividido por Alberto em Tratados, sendo 5 tratados para cada livro dos *Segundos Analíticos*. Cada Tratado se compõe de certo número variável de divisões menores, chamadas de capítulos na edição *standard*. Ao todo são 56 capítulos para o livro I e 23 capítulos para o livro II.

O capítulo 33 do livro I dos *Segundos Analíticos*, que trata da comparação entre ciência e opinião é objeto do capítulo 9 do Tratado V do comentário de Alberto; no capítulo seguinte, o tema é a argúcia, assunto do último capítulo (34) do livro I dos *Segundos Analíticos*<sup>24</sup>.

A perspectiva de Alberto é que, encerrada a discussão sobre o que concerne aos princípios da demonstração e à comparação entre os diversos tipos de demonstração, falta comparar a ciência que é o exato efeito da demonstração com os outros hábitos de conhecimento, o intelecto, que é superior à ciência e a opinião, que lhe é inferior. A inserção da argúcia na apresentação deve-se ao fato de que, sendo a ciência o hábito cognoscitivo da conclusão do silogismo e o intelecto o hábito dos primeiros princípios, é preciso considerar também o hábito ou capacidade cognoscitiva sobre o termo médio, que é justamente a argúcia.

Imediatamente passa-se à consideração da relação entre ciência e opinião. Alberto destaca também que os pares ciência/cientificamente cognoscível e opinião/cognoscível por opinião relacionam-se proporcionalmente, a ciência está para a opinião assim como o que é cientificamente cognoscível está para o que é cognoscível por opinião.

---

<sup>23</sup> ALBERTI MAGNI. *Posteriorum Analyticorum* (Opera Omnia Volumen II). Paris: Vives, 1890. A cura di Auguste Borgnet, pág. 149-153.

<sup>24</sup> Idem, pág. 153-154.

Esta observação salienta o estatuto da ciência e da opinião como hábitos cognoscitivos diversos porque o que é conhecido por eles é, por natureza diverso.

Nesse sentido, Alberto organiza o assunto estabelecendo três diferenças entre ciência e opinião. A primeira diferença é que a ciência é o conhecimento de uma verdade necessária que se realiza por um processo de demonstração no qual os princípios são necessários; já a opinião tem a característica de não se realizar por intermédio de princípios necessários nem chegar ao conhecimento de verdades necessárias, ainda que eventualmente certas verdades necessárias possam ser conhecidas por opinião. A ciência refere-se ao universal e necessário, aquilo que sempre é do mesmo modo e não pode ser diferente do que é enquanto a opinião se refere ao que é contingente<sup>25</sup>.

Destaque-se nesse ponto a distinção que já fora salientada por Grosseteste entre o conhecimento como hábito (potência ou capacidade) e como ato, como produto desse hábito. Veremos que o produto típico do hábito da ciência é uma verdade científica; ora, nada impede que essa verdade, uma vez conhecida pelos meios próprios seja conhecida também por opinião, que é um hábito que não realiza o processo de demonstração e se assemelha a uma espécie de confiança ou mesmo fé.

A segunda diferença é que a ciência é conhecimento do que é demonstrável e não do indemonstrável, isto é, trata-se de um conhecimento fundamentado em conhecimentos anteriores e que progride por meio da identificação de termos médios entre os termos sujeito e predicado da conclusão conhecida cientificamente. Já a opinião é um conhecimento não demonstrativo e nesse sentido se assemelha ao intelecto, como fé certa e

---

<sup>25</sup> *Idem*, pág. 150.

amparada em razões firmes (embora não demonstrativas, pode-se supor). O intelecto por sua vez, não é nem ciência nem opinião, tendo em comum com estes outros hábitos apenas o fato de ser o conhecimento verdadeiro de um complexo (sujeito e predicado ou sujeito e existência); o intelecto é a apreensão de uma proposição necessária imediata, de modo imediato, e como tal é o fundamento da ciência. Nessa comparação, a opinião teria em comum com o intelecto o fato de também se realizar como apreensão imediata de uma proposição não necessária ou mesmo necessária mas não de modo necessário, isto é, opinando que “x é verdadeiro” sem descartar a possibilidade de que não seja<sup>26</sup>.

A terceira diferença é aquela que se apresenta no uso comum das noções de ciência e opinião. Ninguém que tenha um conhecimento sobre algo e considera que isso não pode ser diferente do que é, julga que tem uma opinião e sim que tem conhecimento científico, enquanto alguém que tenha o conhecimento de que algo é assim, mas admite que poderia ser de outro modo, sabe que emite uma opinião<sup>27</sup>. Essa diferença, que poderíamos dizer, se encontra no estado psicológico de quem sabe cientificamente e de quem apenas tem uma opinião se liga à primeira e mais importante diferença entre esses dois hábitos: a ciência é conhecimento do que é necessário enquanto a opinião é conhecimento do que é contingente ou então do necessário mas de modo não necessário, isto é, sem demonstração.

Em seguida, ao expor a questão aristotélica sobre se há ou pode haver ciência e opinião sobre o mesmo, isto é, se o mesmo assunto pode ser conhecido cientificamente e por opinião, Alberto considera que a opinião não se restringe ao conhecimento de que tal é assim, mas frequentemente também opina-se sobre o por que algo é assim e isso é feito por meio de um raciocínio

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>27</sup> Idem, pág. 151.

silogístico, no qual o termo médio desempenha um papel central; isso se dá exatamente porque o termo médio expressa a causa, como se verá no livro II. O objetivo do silogismo é, raciocinando de médio em médio, atingir a proposição imediata. Se isso ocorre tanto na ciência como na opinião, como diferenciar esses dois hábitos cognoscitivos? Se pode haver ciência e opinião sobre o mesmo assunto, por que ciência e opinião não seriam mesma coisa?<sup>28</sup>

A resposta cabal é apresentada a seguir. Quem possui o conhecimento científico conhece o que é necessário, não contingente e esse conhecimento é obtido por meio das definições, do relacionamento entre definições e definidos, as quais estabelecem o que é algo (*quid*) e o por que algo é (*propter quid*) e isso se realiza por meio do intermediador (o termo médio) necessário e substancial; esse procedimento é precisamente a demonstração e ciência, não opinião. Entretanto, se alguém chega ao conhecimento dessas mesmas proposições imediatas, mas não o faz utilizando os intermediadores que expressam a substância, isto é, as definições, isso é opinião. Portanto, é possível haver opinião tanto de que algo é assim (*quia*) como do por que algo é assim (*propter quid*), mas não de modo científico, conhecendo as definições e silogizando por termos médios que exprimem a essência das coisas.

Após essa exposição, que adianta, segundo nos parece, temas do livro II, Alberto retorna ao texto aristotélico, expondo as mesmas diferenças entre opinião verdadeira e falsa e entre opinião e ciência já destacadas por Roberto Grosseteste. Em sentido estrito, não pode haver ciência e opinião sobre o mesmo assunto; sob certo aspecto, porém, isso é possível. Isso acontece porque podemos considerar “o mesmo” sob múltiplas acepções: ou nos referimos ao sujeito da proposição ou nos referimos ao ser. De fato, afirmar que “a diagonal (diâmetro) é comensurável pelo lado”, é absurdo, a proposição

---

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*.

é falsa segundo o ser. Alberto dá um exemplo de seu conhecimento da obra aristotélica afirmando que a prova de que há opinião falsa sobre esse assunto aparece num trecho da *Metafísica*, em que Aristóteles afirma que os que não são geômetras ficam admirados de que algo finito não possa ser medido por números finitos, baseados numa noção lógica segundo a qual tudo que é finito é comensurável com outro finito<sup>29</sup>.

Do mesmo modo há opinião e ciência sobre o mesmo assunto, pois a coisa de que se trata é a mesma, mas não se trata do mesmo segundo o ser, a essência não é a mesma. O exemplo posto por Aristóteles, “o animal” é assim explicado. Considerado em sua essência como uma noção universal e necessária, “animal” é assunto de ciência, mas “animal” considerado em suas determinações materiais e mutáveis, portanto, contingentes e acidentais, que podem ser assim, mas podem também não ser, é assunto de opinião. Enfim, o homem é o mesmo segundo o nome, mas não segundo a noção.

A partir disso, a conclusão de Alberto Magno é a mesma de Roberto Grosseteste: com relação à mesma pessoa e simultaneamente, não é possível haver opinião e ciência sobre o mesmo assunto, ou a pessoa sabe por opinião ou tem conhecimento científico; contudo, considerando pessoas diferentes ou a mesma pessoa em momentos diferentes, é possível haver opinião e ciência sobre o mesmo assunto. Parece-nos haver, nesse ponto, um ligeiro deslocamento; passa-se da consideração da ciência e opinião em si mesmas como hábitos cognoscitivos para a relação psicológica da pessoa que possui o conhecimento em questão como resultado de ciência ou de opinião.

Alberto Magno se detém mais longamente<sup>30</sup> na breve consideração de Aristóteles, segundo a qual as diferentes capacidades cognoscitivas são

---

<sup>29</sup> Idem, pág. 152. A referência é ao capítulo 1 do livro A da *Metafísica*.

<sup>30</sup> Idem, pág. 153.

mais bem estudadas em suas outras obras, quer sobre filosofia natural quer sobre ética. A respeito disso, Alberto extrapola o texto e considera a lista das potências ou capacidades ou ainda hábitos que restam na alma, quais sejam o intelecto, a razão, a memória, a ciência, a sabedoria, prudência e arte, distribuindo-as entre a *Física* (pois são partes da alma) e a *Ética*, quanto aos hábitos intelectuais; justifica a observação de Aristóteles acrescentando que não cabe a uma obra de lógica tratar desses temas, exceto em sua configuração comum, considerando todas essas potências e hábitos como intenções na alma.

Acrescenta Alberto que, na medida em que a opinião se refere a proposições imediatas e necessárias, isto é assunto para as considerações dos *Tópicos*, pois tais considerações não se dão por modo científico, como foi mostrado. E ainda que a proposição considerada seja necessária em si, nas considerações tópicas elas são admitidas como prováveis e não como necessárias. As proposições necessárias enquanto tais são partes da demonstração, na medida em que expressam o que é sempre e não pode ser de outro modo. Enfim, Alberto arremata essa digressão com mais uma amostra de seu conhecimento da obra aristotélica. Alguém poderia objetar, diz ele, que o conhecimento científico, no que diz respeito à natureza, não se dá apenas sobre o que é necessário, mas também do que é frequente. Alberto resolve essa dúvida dizendo que, como já foi tratado acima, o que é frequente se reduz ao que é sempre de acordo com a causa de ordenação e, citando o livro II do tratado *Sobre a Geração e Corrupção*, arremata que “a causa da geração e corrupção, que ocorre frequentemente, se reduz ao ciclo do Sol, que ocorre sempre”<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*.

## O COMENTÁRIO DE TOMÁS DE AQUINO

O comentário de Tomás de Aquino é uma *expositio*<sup>32</sup>, isto é um comentário linha por linha do texto em questão, para o que é necessário uma compreensão da estrutura geral do texto comentado. O texto tomasiano se divide em capítulos (ou lições na edição Marietti<sup>33</sup>), 44 para o livro I e 20 para o livro II. As unidades maiores, que compreendem vários capítulos são meticolosamente articuladas nas divisões do texto, presentes no início de cada capítulo.

O trecho sobre a relação entre ciência e opinião encontra-se no capítulo 44, o último do livro I, que trata dos dois últimos capítulos (33 e 34) do texto aristotélico. A interpretação de Tomás de Aquino sobre esse ponto é que, após ter tratado da demonstração e de seus elementos e comparar as diversas demonstrações e ciências entre si, Aristóteles compara a demonstração ou ciência aos demais hábitos cognoscitivos, especialmente a opinião e a sagacidade. Com essa interpretação, parece-nos que o objetivo deste trecho é mostrar em que sentido essas capacidades são diferentes da ciência e em que sentido estão relacionadas a ela.

A exposição de Tomás de Aquino é bastante articulada, ele indica exatamente o início e o fim de cada parte em que o texto aristotélico é dividido, o que permite aos especialistas discutir inclusive qual a versão do texto latino a que ele tem acesso e tem diante dos olhos no momento em que escreve (ou

---

<sup>32</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Expositio Libri Posteriorum** (Opera Omnia volume1-2). Paris:Vrin, 1989. A cura di René A. Gauthier.

<sup>33</sup> TOMÁS DE AQUINO. In **Aristotelis Libros Peri Hermeneias et Posteriorum Analyticorum Expositio**. Turim:Marietti, 1955. A cura di Raymundi Spiazzi. Como certamente Tomás de Aquino não deu cursos (leu) sobre os *Segundos Analíticos*, parece inadequado chamar cada parte de sua exposição de "lectio", a edição crítica de 1989 evita isso e apenas numera cada uma das partes (que chamamos de capítulos para não deixa-las anônimas). Nada obsta que tenham sido usadas exatamente assim, cada parte sendo uma lectio ou leitura (o que se configura no que chamamos hoje de aula) sobre o texto.

dita) a sua exposição. Apresentamos a seguir o esquema da divisão do texto, o que nos dá uma visão de conjunto sobre o assunto tratado e do modo como Tomás articula o texto. Entre parênteses a numeração standard, de acordo com a edição da Academia, a numeração Bekker do texto de Aristóteles<sup>34</sup>.

**Divisão do texto (*Segundos Analíticos*, Livro I, cap. 33-34 - 88b30 – 89b20)**

1. Comparação entre ciência e opinião (88b30 – 89b6)
  - 1.1. Determinação (88b30 – 89a10)
    - 1.1.1. Diferenças (88b30)
    - 1.1.2. O que é próprio da ciência (88b31)
    - 1.1.3. O que é próprio da opinião (88b32 – 89a11)
      - 1.1.3.1. Prova por divisão (88b32 – 89a4)
      - 1.1.3.2. Prova pelo modo comum de falar (89a4-89a5)
      - 1.1.3.3. Prova pela experiência (89a5 – 89a11)
  - 1.2. Questões (89a11 – 89b6)
    - 1.2.1. Apresenta as questões (89a11 – 89a16)
      - 1.2.1.1. O opinável e o cientificamente cognoscível (89a11 – 89a12)
      - 1.2.1.2. A ciência e a opinião (89a12 – 89a16)
    - 1.2.2. Solução (89a16 – 89b6)
      - 1.2.2.1. Da segunda questão: identidade entre ciência e opinião (89a16 – 89a22)
      - 1.2.2.2. Da primeira questão: identidade entre o que é conhecido por ciência e por opinião (89a22 – 89b6)
2. Comparação entre ciência e os demais hábitos cognoscitivos (89b7 – 89b20)
  - 2.1. Hábitos que se referem aos princípios e conclusões (89b7 – 89b9)

---

<sup>34</sup> ARISTÓTELES. *Aristotelis opera* ex recensione Immanuelis Bekkeri; editit Academia Regia Borussica. Berlin: W. de Gruyter, 1961-1987. 5v.

2.1.1. Razão, intelecto, ciência, arte, prudência, sabedoria: tratados na Física e Ética

2.2. Hábitos relacionados ao termo médio (sagacidade) (89b10 – 89b20)

Podemos destacar dois pontos a partir dessa meticulosa divisão do texto feita por Tomás. Em primeiro lugar, para destacar a presença da discussão sobre a argúcia e demais hábitos no mesmo texto em que se aborda a opinião, Tomás divide a discussão em dois blocos principais; no primeiro bloco, trata-se da opinião e no segundo dos demais hábitos cognoscitivos. A justificativa para essa divisão sumária é que, de um lado, a opinião diz respeito tanto ao que é verdadeiro como ao que é falso (há opinião do verdadeiro e do falso) enquanto os demais hábitos que são citados dizem respeito ao que é sempre verdadeiro<sup>35</sup>. Essa divisão parece não considerar que, mais à frente, aparecem na lista a arte e a prudência, que também não possuem o estatuto da ciência, conhecimento do que é verdadeiro, universal e necessário.

O texto assim dividido parece reforçar uma tendência de interpretação que já está presente nos comentários anteriores, de Roberto Grosseteste e Alberto Magno. Todos eles são de entendimento de que, nesse ponto do texto, Aristóteles compara a ciência, assunto principal dos *Segundos Analíticos*, com todos os demais hábitos cognoscitivos; entretanto, o texto aristotélico só se refere à argúcia (*axinoia*) depois de tratar da opinião. Voltaremos a esse ponto na conclusão.

O segundo ponto a destacar é que a discussão sobre a diferença entre opinião e ciência, o assunto mais importante desse trecho, é claramente delimitada por uma determinação sobre a diferença entre ciência e opinião, e em seguida, duas questões são colocadas com base no que acabou de

---

<sup>35</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Expositio Libri Posteriorum** (Opera Omnia volume1-2). Paris:Vrin, 1989. A cura di René A. Gauthier, I,44, 7-11.

ser determinado. Cada uma dessas partes é subdividida em partes menores, como o esquema acima pode mostrar.

Com relação à determinação da questão, Tomás começa por estabelecer que a ciência é diferente da opinião e, para mostrar em que consiste essa diferença, primeiro ele mostra o que cabe à ciência e, em seguida, o que cabe à opinião. Retoma-se assim o fruto da exposição do livro até esse ponto e destaca que o conhecimento científico possui duas propriedades: é um conhecimento do que é universal (isto é, por oposição ao sensível singular) e é um conhecimento do que é necessário (o que não pode ser de outra maneira). Em oposição a isso, a opinião é o conhecimento a respeito do que é contingente (o que pode ser de outra maneira). Normalmente, ser contingente também inclui o ser singular e sensível, mas Tomás acrescenta que se trata de conhecimento contingente, seja do universal seja do particular<sup>36</sup>. Segundo o modo como Tomás entende o texto, Aristóteles apresenta três provas para mostrar que essa é a relação entre ciência e opinião.

A primeira prova segue o método da divisão. Há verdades necessárias e verdades contingentes; as primeiras são da alçada da ciência, como sabemos. Quanto às verdades contingentes, façamos o seguinte raciocínio: elas não podem ser conhecidas cientificamente, pois se seguiria que o que pode ser de outro modo (contingente), não pode ser de outro modo (científico), o que é incongruente. Por outro lado, tais verdades não podem ser conhecidas pelo hábito do intelecto, pois esse é conhecimento indemonstrável de uma verdade necessária, isto é, de um princípio. Por outro lado, o conhecimento verdadeiro pode ser obtido por meio da ciência, pelo intelecto e pela opinião, quer dizer, uma proposição verdadeira enunciada exteriormente pode significar a verdade interior do intelecto, da ciência ou da

---

<sup>36</sup> *Idem*, I, 27-34.

opinião; ora, a ciência e o intelecto se referem apenas ao que é necessário; portanto, resta que, se houver alguma verdade contingente, ela terá de ser objeto de opinião<sup>37</sup>.

Aristóteles acrescentara, de passagem e a modo de arremate, que a opinião é a aceitação de uma proposição imediata, mas não necessária. Essa expressão merece atenção de Tomás que a explica da seguinte maneira. Pode ser que Aristóteles esteja se referindo a uma proposição imediata e necessária em si mesma, mas que é conhecida de modo não necessário por aquele que a conhece por opinião. Ou então, a proposição é em si mesma contingente, mas imediata por não ser possível interpor um termo médio entre o sujeito e o predicado a fim de prová-la; afinal, Aristóteles já mostrara que não é possível regredir infinitamente na predicação e o que ele mostrou a respeito da demonstração também vale para os demais tipos de argumentação; em algum momento é preciso parar na cadeia de predicacões e considerar que um determinado predicado se atribui imediatamente ao sujeito, mesmo que se trate de uma proposição não necessária. Tomás exemplifica com a proposição “um homem não corre”, que é mediata e que pode ser provada por esta outra, imediata mas contingente: “um homem não se move”<sup>38</sup>.

A segunda prova é pelo modo comum de falar, o termo “opinião” parece significar algo mais fraco e incerto do que a ciência<sup>39</sup>.

A terceira prova é um apelo à experiência. As pessoas acham que emitem opinião apenas quando admitem que podem estar erradas, quando acham que o que dizem ou pensam é necessariamente verdadeiro, consideram estar emitindo uma verdade científica<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> Idem, I, 40-88.

<sup>38</sup> Idem, I, 89-118.

<sup>39</sup> Idem, I, 119-126.

<sup>40</sup> Idem, I, 127-134.

A segunda e a terceira provas parecem apelar ao mesmo fato, a carga semântica das noções de ciência e opinião em nosso modo comum de pensar e falar; pelo menos assim nos pareceu ser entendidas pelos comentadores anteriores; Tomás faz aqui uma divisão mais escrupulosa do texto e enxerga dois argumentos diversos onde seus predecessores viram apenas um.

Terminada a determinação do assunto, estabelecidos os limites entre ciência e opinião, é momento de colocar questões ao texto assim determinado. Tomás novamente identifica duas questões onde Roberto Grosseteste e Alberto Magno viram apenas uma. A primeira questão é: como um ser humano pode conhecer o mesmo assunto por opinião e por meio de ciência se a ciência é conhecimento do que é necessário e a opinião do que é contingente? Ou seja, a questão é sobre a identidade/diferença entre ciência e opinião<sup>41</sup>. A segunda questão é: se tudo o que é conhecido pode ser conhecido por opinião, como se acredita, como sustentar a diferença entre ciência e opinião? Isto é, trata-se da identidade/diferença entre o o que é assunto de opinião, o opinável, e o que é assunto de ciência, o cientificamente cognoscível. Admite-se aqui que também a opinião pode se processar por meio de raciocínio argumentativo, de termo médio em termo médio até atingir um conhecimento imediato, isto é, pode ser um conhecimento do “por que algo é assim” e não apenas um conhecimento “de que é assim”<sup>42</sup>.

A solução à segunda dúvida é mais simples. Se os termos médios, a partir dos quais se realiza o processo argumentativo são inerentes por si àqueles sujeitos dos quais se predicam, isto é, se são próprios e essenciais, o procedimento é demonstrativo e temos ciência, como foi mostrado anteriormente. Mas se os termos médios expressam relações contingentes

---

<sup>41</sup> Idem, I, 140-144.

<sup>42</sup> Idem, I, 145-173.

entre sujeito e predicado, não são definições propriamente ditas, temos apenas opinião. Quanto à relação entre a ciência do “que” e a ciência do “por que” isto se deve ao fato do termo médio ser imediato (por que) ou mediato (que) e isso é assim tanto na ciência como na opinião. Ou seja há um conhecimento de “que algo é assim” científico e opinativo (a depender da relação entre o termo médio e os extremos, se necessária ou contingente) e há um conhecimento do “por que é assim” científico e opinativo sob as mesmas condições do termo médio. Fica mais claro em que de fato divergem a natureza da opinião e do conhecimento científico, o papel da definição essencial como termo médio de um raciocínio demonstrativo aparece como sendo preponderante<sup>43</sup>.

Quanto à primeira dúvida, merece um desenvolvimento mais demorado<sup>44</sup>. Com base no que se disse até aqui, não é desarrazoado supor que uma mesma verdade seja conhecida cientificamente por uma pessoa (se for uma verdade científica, é claro) e conhecida por outra pessoa por opinião e isto quer dizer que essa segunda pessoa considere que a tal verdade conhecida pode ser diferente do que se apresenta, mas a primeira, que conhece cientificamente, sabe que não pode ser assim.

Com relação à mesma pessoa possuir conhecimento científico e opinião sobre certo assunto é impossível em sentido estrito, mas pode ocorrer sob certo aspecto. O sentido em que isto pode acontecer é o mesmo em que se admite, sob certo aspecto, que pode haver opinião verdadeira e falsa sobre o mesmo assunto e isso se dá conforme o “mesmo” se refira ao sujeito da proposição ou ao enunciado, o que é dito do sujeito. No primeiro caso é possível haver opinião verdadeira e falsa sobre o mesmo, mas no segundo caso é impossível.

---

<sup>43</sup> Idem, I, 180-198.

<sup>44</sup> Idem, I, 201-224.

Para mostrar isso, Tomás de Aquino explica o exemplo posto por Aristóteles. “O diâmetro (ou diagonal) do quadrado é comensurável pelo (seu) lado”. Se alguém afirmar isso, tem uma opinião falsa, assim como tem opinião verdadeira se afirmar o contrário (o diâmetro/diagonal é incomensurável). Se considerarmos o sujeito da proposição (diâmetro/diagonal) pode haver opinião falsa e verdadeira sobre o mesmo assunto; se considerarmos a própria noção de diâmetro/diagonal, isso não é possível, pois o diâmetro/diagonal é em si mesmo incomensurável pelo lado do quadrado. O mesmo se dá se compararmos a ciência e a opinião; em relação ao sujeito, pode haver ciência e opinião sobre o mesmo, mas não de acordo com a noção e isso é congruente com o que foi estabelecido acima, o sujeito de ciência é conhecido por meio de sua definição essencial, que não pode ser diferente do que é e é sempre a mesma enquanto o sujeito da opinião é o que é contingente, o que é de certo modo mas pode ser diferente. Dessa maneira, ao considerar a noção da coisa em si mesma ou ela é conhecida cientificamente ou por opinião<sup>45</sup>.

Por exemplo, se a proposição “o homem é animal” for uma verdade científica, é impossível que seja de outro modo, isto é, se o homem for verdadeiramente aquilo que animal é, seria impossível que a proposição “homem é animal” fosse falsa. Mas se “homem” não for verdadeiramente o que animal é (homem não for essencialmente animal), a proposição “homem é animal” poderia não ser verdadeira e seria assim, objeto de opinião. Em sentido estrito, a proposição ou é cognoscível cientificamente ou é opinável. Mas em sentido amplo, considerando apenas o sujeito, pode haver opinião e ciência sobre o mesmo assunto<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Idem, I, 225-248.

<sup>46</sup> Idem, I, 249-260.

Essas considerações, muito semelhantes ao que já vimos nos comentários de Grosseteste e Alberto, corroboram a conclusão segundo a qual não é possível conhecer o mesmo assunto simultaneamente por opinião e cientificamente, embora isso seja possível considerando pessoas diferentes ou a mesma pessoa em tempos diferentes.

Assim termina a exposição de Tomás de Aquino sobre as diferenças entre ciência e opinião. Restam agora as demais capacidades cognoscitivas de que se falou no início, aquelas que se relacionam apenas com o conhecimento do que é verdadeiro. Expondo as últimas três linhas do que hoje é conhecido como o capítulo 33 do livro I (o penúltimo), Tomás lista as seguintes capacidades: razão, intelecto, ciência, arte, prudência e sabedoria. Não satisfeito com a exiguidade do texto aristotélico, ele faz uma digressão<sup>47</sup>, expondo resumidamente a teoria do livro VI da *Ética*, explicando exatamente porque essas capacidades não são tratadas nesse texto e porque Aristóteles remete aos textos da *Ética* e da *Filosofia da Natureza*. Todas essas capacidades relacionam-se ao conhecimento das conclusões. Há uma capacidade, no entanto, que se relaciona ao conhecimento do termo médio, é a sagacidade ou argúcia (ou mesmo solércia).

O que Tomás de Aquino diz sobre a argúcia corrobora o que já fora exposto por Grosseteste e por Alberto, mas ele se detém mais demoradamente na explicação dos exemplos, inclusive um exemplo ignorado nas exposições anteriores, o caso do pobre conversando com o rico (devem estar discutindo sobre um empréstimo) ou de dois amigos (ou ex inimigos) confabulando (por que são inimigos em comum de um terceiro)<sup>48</sup>. E conclui a exposição expondo a formalização do argumento feita por Aristóteles<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> Idem, I, 283-313.

<sup>48</sup> Idem, I, 327-330.

<sup>49</sup> Idem, I, 335-344.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE AS TRÊS EXPOSIÇÕES

Escritas num intervalo de 50 anos aproximadamente, as três exposições que acabamos de apresentar, guardam muitas semelhanças e algumas diferenças. De acordo com o testemunho de João de Salisbúria, no *Metalogicon*, como vimos, a obra já estava disponível por meio de traduções latinas no começo do século XII, embora a sua dificuldade intrínseca e a qualidade das traduções relegavam o texto ao conhecimento dos matemáticos apenas. Quase cem anos após esse testemunho pessimista, o texto goza de prestígio suficiente para ser objeto de sucessivas exposições. E o primeiro ponto em comum entre os três comentários é justamente o fato de se apresentarem como exposições do texto, ou seja, uma criteriosa apresentação do seu conteúdo, com finalidade quase exclusivamente didática. Sabemos que as obras de Aristóteles, ao entrarem em circulação no meio intelectual latino, quase simultaneamente à criação das primeiras universidades, encontrou bastante resistência por parte daqueles que o controlavam, as autoridades da Igreja Católica de Roma e seus legados nas diversas regiões da Europa. Contudo, essa resistência não significou uma rejeição pura e simples, mas sim um longo processo de exame, condenações e reavaliações até que a obra do Filósofo se tornasse o *mainstream* da cultura universitária europeia. Não é de estranhar, portanto, que esses comentários, que tiveram algum sucesso, se preocupassem precipuamente mais em explicar a letra do texto e menos em colocar problemas ao texto.

Um sinal dessa preocupação pedagógica é o modo como os três comentaristas preocupam-se em comentar todas as partes do texto. O trecho que escolhemos para nosso exame parece, de nosso ponto de vista moderno, até mesmo um ponto marginal da exposição aristotélica e que talvez não

merecesse grande destaque; a título de comparação, David Ross parece não se ocupar muito desse trecho em sua edição comentada dos *Segundos Analíticos*<sup>50</sup>. Outro sinal é o esforço que todos fazem para encaixar essa “peça” no quebra cabeças dos *Segundos Analíticos*, primeiramente buscando justificar o motivo pelo qual Aristóteles trata da opinião após ter praticamente encerrado a exposição sobre a ciência demonstrativa e em segundo lugar, buscando articular a discussão sobre a argúcia (axinoia) no mesmo plano que a discussão sobre a opinião e os demais hábitos cognoscitivos. Apesar de o ponto alto dessa leitura “estrutural” do texto atingir quase a perfeição com Tomás de Aquino, está presente também nos comentários de Grosseteste e Alberto Magno.

O comentário de Roberto Grosseteste é, certamente um modelo para os posteriores. No monumental trabalho realizado com a edição crítica da Comissão Leonina do comentário tomasiano, René Gauthier afirma que muito provavelmente o comentário de Grosseteste era uma das obras que Tomás de Aquino tinha diante dos olhos ao realizar o seu próprio comentário, em que pese as diferenças que iremos tratar em seguida<sup>51</sup>.

O comentário de Alberto Magno, ainda segundo Gauthier é o menos “famoso” dos três<sup>52</sup>, a julgar pelo número de cópias restantes. Alberto Magno, no entanto, foi um dos aristotélicos de primeira hora e certamente um dos responsáveis pelo entusiasmo de Tomás de Aquino pelo Filósofo. Também já notamos que é o mais erudito dentre os três a julgar pela abundância de citações das obras aristotélicas.

---

<sup>50</sup> ROSS, WILLIAM DAVID. *Aristotle Prior and Posterior Analytics* – edição revisada com introdução e comentários. Oxford: Clarendon Press, 1949, pág. 605-608.

<sup>51</sup> TOMÁS DE AQUINO (1989), op. cit, pág. \*57.

<sup>52</sup> Idem, pág. \*58

O comentário de Tomás de Aquino é, como dissemos, talvez o ponto mais alto da “indústria” do comentário do século XIII. Tomás não apenas expõe o texto aristotélico linha por linha, articulando as suas seções e subseções como o produto foi disposto em peças, artefato que<sup>53</sup> agilizava a cópia da obra, na medida em que permitia que vários copistas trabalhassem simultaneamente.

A principal semelhança entre os três comentários é que eles se mantêm dentro de um mesmo roteiro de exposição, com pequenas variações, pelo menos no trecho que analisamos, os capítulos 33 e 34 da obra aristotélica. O roteiro é o seguinte. Em primeiro lugar, indica-se a intenção de Aristóteles nesse trecho que é comparar a ciência com os demais hábitos cognoscitivos, com destaque especial para a opinião, a argúcia e o intelecto. Em seguida, mostra-se o modo como se articulam essas diferentes formas de conhecimento, valendo-se especialmente da estratégia de identificar os vários tipos de conhecimento com as diferentes partes do processo argumentativo, princípios, premissas, termo médio e conclusão. Na sua maior parte, contudo, o texto se apresenta como uma reflexão sobre o estatuto da opinião ou do conhecimento que é obtido por opinião em comparação com o estatuto do conhecimento científico, plenamente estabelecido nos capítulos precedentes do livro I. Enfim, colocam-se e são resolvidas questões a respeito da possível identidade entre ciência e opinião.

Com relação às diferenças entre os três comentadores, para além do modo como cada um estrutura o texto comentado, que pensamos ter deixado exposto anteriormente, e levando em consideração apenas o trecho que analisamos, podemos destacar as seguintes.

---

<sup>53</sup> *Idem*, pág. \*11.

Corroborando a ideia de que a filosofia do período escolástico foi construída sobre uma base platônico-agostiniana, podemos notar uma espécie de transição entre uma época em que essa base se manifesta claramente quase num esforço de compatibilização entre as filosofias de Platão e Aristóteles, representada pelo texto de Roberto Grosseteste até uma época em que a diferença entre as filosofias de Platão e Aristóteles é assumida conscientemente, na obra de Tomás de Aquino.

No texto de Grosseteste, como vimos, há uma tentativa de associar a teoria aristotélica dos modos de conhecimento com a noção de luz interior, de origem agostiniana e matriz platônica. Trata-se, certamente, de uma metáfora, mas o sentido da metáfora é assumir que, de certo modo, verdades eternas já estão disponíveis em nossa vida interior e para nós, o conhecimento é mais uma questão de afastar obstáculos que nos impedem de ver claramente a natureza das coisas. Assim, a opinião, como um conhecimento que é possivelmente falso é identificado como uma doença do conhecimento, assim como um olho doente é incapaz de enxergar as coisas como realmente são.

Por outro lado, nos textos de Alberto Magno e Tomás de Aquino não aparece referência à luz interior, embora essa noção permaneça importante para ambos os autores (Tomás de Aquino prefere associá-la com a capacidade da alma que se chama intelecto<sup>54</sup>). Além disso, tanto Alberto como Tomás parecem se dar conta de um fato que é sumariamente explicado por Roberto: o fato de Aristóteles dizer que as diferenças entre ciência e outros hábitos cognoscitivos é tratada com mais propriedade em outras obras. Alberto chega a citar o livro dos *Tópicos* e Tomás faz uma referência bastante clara ao livro VI da *Ética*, que se tornará o *locus* clássico da discussão sobre esse assunto. Em nossa opinião, isso se dá porque eles consideram que o sistema

---

<sup>54</sup> GILSON, ETIENNE. *Le Thomisme*, Paris:Vrin, 1989, pág. 263-280.

aristotélico é baseado no conhecimento sensível que ascende, por abstração e graças às capacidades cognoscitivas da alma humana até as verdades universais e necessárias. Por um lado, nenhuma verdade está disponível à alma de tal modo que basta a reflexão para reencontrá-la, a não ser talvez os primeiros princípios indemonstráveis do conhecimento. Por outro lado, as próprias verdades acessíveis ao conhecimento humano têm estatutos diversos e algumas proposições sobre o mundo simplesmente são objeto de opinião e não ciência, devemos utilizar outras ferramentas para tratar dessas proposições. Mesmo assim, não me parece que foi suficientemente destacado nas exposições de Alberto e de Tomás de Aquino esse fato, sendo a opinião o conhecimento do contingente, é objeto da dialética e não da ciência.

## **CONCLUSÃO**

Em nossa análise da história do comentário dos *Segundos Analíticos* no século XIII, análise parcial e focada apenas no trecho da obra que lida com a opinião, procuramos nos orientar mais em mostrar como cada um dos autores reorganiza o texto comentado, suas semelhanças e diferenças.

Embora não tenhamos focado no assunto mesmo do qual trata o trecho analisado, isto é, a relação entre ciência e opinião, creio que, da exposição, podemos extrair alguns ensinamentos.

Em primeiro lugar, a noção de que a ciência é um conhecimento estrito senso de uma verdade por si mesma, enquanto a opinião é um conhecimento incerto e que, inclusive, pode se mostrar falso.

Também vimos que uma verdade científica pode ser conhecida por opinião, quando a pessoa que adquire esse conhecimento não realiza o procedimento científico por si mesma, mas assume que a opinião emitida pelo

especialista é válida. Isso é um assunto que, como Alberto Magno lembrou de passagem, fica mais bem explicado no livro dos *Tópicos*.

Um ensinamento que poderíamos extrair dessa discussão para orientar um debate que solicita nossa atenção hoje em dia, no século XXI, mais de dois mil anos após terem sido abordadas e mil anos após terem sido novamente comentadas é o seguinte: há critérios e limites que nos permitem decidir com clareza o que é conhecimento científico e o que não é. O conhecimento pode ser rotulado como não científico seja por que absolutamente não há uma verdade absoluta sobre o assunto em questão, seja por que tal verdade existe mas é inacessível por enquanto ou seja simplesmente porque é uma compreensão equivocada dos dados disponíveis.

A filosofia da ciência do século XX, refletindo sobre as revoluções científicas que se seguiram à época moderna certamente mostraram que a própria noção de “verdade absoluta” é uma utopia. Mas isso não deve nos empurrar para um ceticismo radical ou um relativismo, um estágio de pós verdade que torne impossível discernir a própria luz do dia. O filósofo, o cientista, não deve desistir de buscar critérios de verdade ainda que saiba que não são absolutos.

O esforço de refletir sobre critérios que nos permitam estabelecer com maior precisão o que é ciência equivale a encontrar meios de se orientar de modo mais seguro na miríade de possíveis interpretações sobre o mundo que se nos apresentam. Certamente este era um dos objetivos do próprio Aristóteles, o sonho de encontrar um método que tornasse a ciência da natureza, por exemplo, tão próxima quanto possível do método apodítico das ciências matemáticas. Suspeita-se que o próprio Aristóteles sabia bem que isso era uma utopia, mas que não o autorizava a relativizar e colocar em pé de igualdade todos os conhecimentos acerca do mundo. Sua obra lógica reflete bem a preocupação de encontrar métodos adequados para cada discurso.

Confrontados com o saber aristotélico, os homens de ciência da baixa idade média, imbuídos de um saber já secular com base na Bíblia e nos escritos dos Padres da Igreja, perceberam a necessidade de entender o que dizia e pensava Aristóteles e, dessa maneira, deram sua contribuição à discussão sempre necessária, a respeito dos métodos para se aproximar da verdade sobre o mundo. Pelo menos é assim que nos parecem comportar-se os três comentadores cuja obra analisamos, ainda que um pequeno trecho, em nosso texto.